

I - RESULTADO FISCAL DO TESOIRO NACIONAL

O Tesouro Nacional apresentou um superávit primário de R\$ 626,9 milhões em janeiro/98, equivalente a 0,9% do PIB, contra um déficit de R\$ 986,4 milhões, ou 1,5 % do PIB, em janeiro/97.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOIRO NACIONAL (*)		
<i>Em R\$ milhões</i>	1997	1998
	JAN	JAN
I - RECEITA TOTAL	8,825.1	11,836.3
I.1. Administrada pela SRF	8,075.4	11,230.5
I.2. Restituições (-)	-32.4	-83.8
I.3. Diretamente Arrecadada	533.7	556.9
I.4. Demais	292.2	260.2
I.5. Incentivos Fiscais	-43.8	-127.5
II - DESPESA TOTAL	9,811.5	11,209.4
II.1. TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2,251.7	2,659.6
II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL	7,387.0	8,310.7
II.2.1. Pessoal e Encargos	3,801.2	4,339.0
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	3,585.8	3,971.7
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	445.7	275.4
II.2.2.2 - Desapropriação para Reforma Agrária	37.2	1.9
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	3,102.9	3,694.4
II.3. SUBSÍDIOS	172.8	239.1
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	172.8	164.2
II.3.2. Fundos Regionais	...	74.9
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	-986.4	626.9
IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB	-1.5%	0.9%

(*) Inclui Governo Federal, exceto INSS (arrecadação própria e benefícios pagos)
PIB mensal (estimativa Bacen)

Contribuíram para esse resultado uma arrecadação total de R\$ 11,8 bilhões, contra uma despesa total, medida pelo critério do pagamento efetivo, de R\$ 11,2 bilhões.

Com relação à Receita Total, a parcela administrada pela Secretaria da Receita Federal foi de R\$ 11,2 bilhões, valor 39% superior àquele relativo ao mesmo período do ano passado. Esse desempenho é explicado basicamente por: (i) arrecadação adicional do IRRF - Rendimentos de Capital, em virtude dos rendimentos de aplicações em fundos de investimentos em renda fixa, acumulados até 31/12/97 (Lei nº 9532/97), o que proporcionou uma arrecadação extra de pouco mais de R\$ 1 bilhão; (ii) inexistência de arrecadação da CPMF em

janeiro/97; (iii) mudança na tributação das pessoas jurídicas, influenciando a antecipação da cota relativa à declaração de ajuste do exercício de 97; e (iv) aumento nas alíquotas de IRRF e do IOF sobre operações de crédito de pessoas físicas.

A receita própria da administração direta e indireta totalizou R\$ 557,0 milhões, sendo R\$ 208,6 milhões referentes ao salário-educação. As demais receitas são constituídas por tarifas, contribuições, recebimentos por prestação de serviços, aluguéis e demais receitas parafiscais recolhidas diretamente aos vários órgãos da administração pública.

A despesa total cresceu 14,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior, o que resulta de taxas de crescimento de 18,1% das transferências a Estados e Municípios e de 12,5% da despesa da administração federal.

Dentre as transferências, as constitucionais passaram de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 2,5 bilhões, basicamente em função do aumento da arrecadação do IRPJ no mês de dezembro/97. É importante observar que a parcela destinada aos fundos regionais (FCO, FNE e FNO), de R\$ 160,0 milhões, não são consideradas como despesa no resultado primário e, portanto, não foram computadas aqui. Quanto ao repasse da Lei-Complementar nº 87/96, o valor de R\$ 97,6 milhões embute o desconto residual de R\$ 24,0 milhões, por conta da antecipação efetuada em outubro/96, além do efeito da Portaria Interministerial MF/MPO nº 213/97, com repasses aos Estados de MT, MS e SC, no valor global de R\$ 12,6 milhões.

O principal componente da despesa total — gastos com pessoal — experimentou aumento de 14,2% em relação a janeiro/97. As despesas de custeio e de capital alcançaram R\$ 4,0 bilhões, um aumento de R\$ 386,0 milhões (10,7%) no mesmo período.

Os subsídios destinados à agricultura e à exportação, efetuados através das operações oficiais de crédito, somaram R\$ 164,2 milhões no período. Desse total, R\$ 29,4 milhões correspondem à despesa líquida com operações de AGF e o restante à equalização dos programas de custeio agropecuário, EGF e PROEX, entre outros. Em janeiro/98, a Secretaria do Tesouro atuou no sentido de propiciar a manutenção dos preços de vários produtos, em especial trigo e milho, através das operações de aquisições de AGF (R\$ 64,6 milhões) e do programa de garantia e sustentação de preços (R\$ 50,0 milhões). Por fim, foram também efetuadas operações de EGF, no valor de R\$ 10,5 milhões, para o financiamento da comercialização da safra de castanha de caju, trigo, algodão e sementes.

II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado voltou aos patamares habituais, caindo de 17% do PIB em dezembro/97 para 12,9% em janeiro/98. Tal queda é explicada pela diminuição da dívida mobiliária interna em mercado, de R\$ 192,1 bilhões em dezembro/97 para R\$ 157,1 bilhões no mês seguinte, devido à compra de LFT-A pelo Banco Central.

A partir do mês de janeiro/98, a STN passa a divulgar a dívida líquida do Tesouro Nacional incorporando à sua abrangência as dívidas e disponibilidades financeiras dos órgãos da administração direta, inclusive fundos, além das autarquias e fundações, de forma a torná-la compatível com as Necessidades de Financiamento. Para compor essas informações, foram extraídos do SIAFI - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - os saldos dos passivos e haveres financeiros dessas entidades, dispostos de acordo com o Plano de Contas da Administração Pública Federal.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO			
SALDOS EM R\$ MILHÕES	1997 JAN	1997 DEZ	1998 JAN
I. DÍVIDA INTERNA	42.862	78.391	43.736
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	90.644	192.065	157.053
I.2 - Dívida Contratual da STN	-18.104	-75.443	-74.258
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-29.678	-38.231	-39.059
I.3.1 - Fat	-27.877	-31.901	-32.678
I.3.2 - Demais Entidades	-1.801	-6.330	-6.380
II. DÍVIDA EXTERNA	69.932	69.463	69.279
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	55.104	53.348	52.966
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-4.693	-3.007	-3.626
II.3 - Dívida Contratual	19.997	19.562	20.366
II.4 - Disponibilidades	-478	-439	-428
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	112.794	147.854	113.015
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	14,3%	17,0%	12,9%

Os haveres dos fundos, autarquias e fundações correspondem a aplicações financeiras (como em títulos do Tesouro, no extramercado e em poupança), saldo disponível em conta, empréstimos e financiamentos, depósitos

em moeda estrangeira, debêntures, etc.. O FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - é responsável por mais de 90% do total desses haveres. Por sua vez, o passivo é constituído por dívida contratual externa e interna dessas entidades.

II.1 - Dívida Interna

II.1.1 - Dívida Mobiliária

O estoque total da Dívida Pública Mobiliária Federal (mercado e Banco Central) atingiu, em janeiro, o montante de R\$ 232,0 bilhões, 2,8 % superior ao estoque de dezembro/97. Por outro lado, a DPMF em mercado reduziu-se de R\$ 192,1 bilhões no final de 1997 (22,1% do PIB) para R\$ 157,1 bilhões (17,9% do PIB) em decorrência da compra de R\$ 37,4 bilhões em LFT-A pelo Bacen.

TESOURO NACIONAL - DPMF			
<i>Em R\$ milhões correntes</i>	1997	1997	1998
	JAN	DEZ	JAN
I. DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	116.231	225.626	232.011
I.1 Dívida com Mercado	90.644	192.065	157.053
I.1.01 LTN	49.009	66.825	66.448
I.1.02 LFT	0	14.913	15.293
I.1.03 LFT-A	0	36.539	769
I.1.04 LFT-B	0	12.400	12.774
I.1.05 NTN-A	0	5.932	5.996
I.1.06 NTN-D	15.174	20.840	21.927
I.1.07 NTN-H	10.293	6.994	5.419
I.1.08 Demais	16.169	27.621	28.428
I.2 Dívida com BACEN	25.587	33.561	74.957
I.2.01 LTN	1.535	20.231	24.124
I.2.02 NTN-D	12.914	578	591
I.2.03 LFT-A	0	8.047	45.476
I.2.04 Demais	11.138	4.705	4.766
II Dívida MERCADO/PIB	11,5%	22,1%	17,9%

Destaque-se, em janeiro, a emissão especial de dois títulos: LFT-A - colocada junto ao Banco do Estado da Bahia (BANEBA), em assunção da dívida mobiliária e contratual do Estado da Bahia, da ordem de R\$ 757,4 milhões; e LFT-B - colocada junto à Caixa Econômica Federal, em assunção da dívida mobiliária e contratual do Estado da Bahia, de R\$ 69,7 milhões. Adicionalmente, o Tesouro Nacional assumiu as LFT-E dos estados do Ceará e da Bahia, já existentes no mercado (R\$ 123,6 milhões e R\$ 175,1 milhões, respectivamente).

No tocante às emissões financeiras em mercado, o Tesouro deu continuidade em janeiro à rotina de realização de leilões semanais, introduzida no mês anterior. Foram emitidos títulos com as seguintes características:

TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO

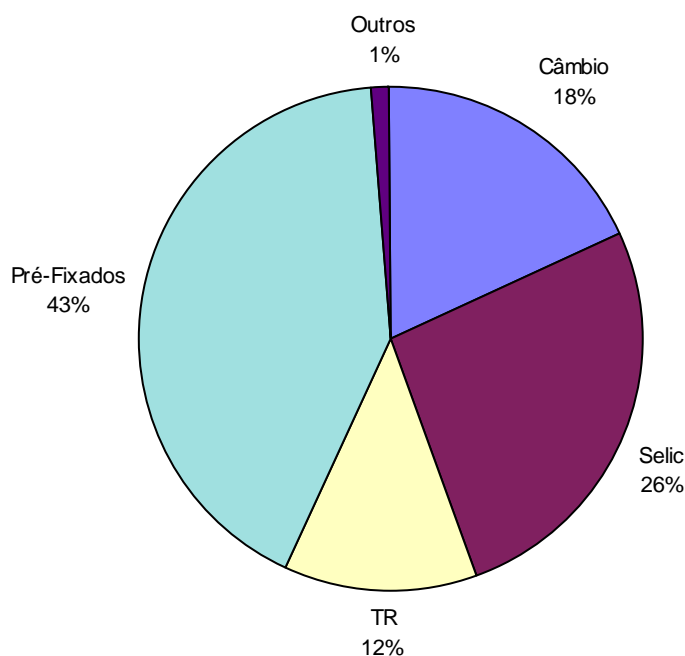
Janeiro/98

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/01/98	NTN-D	36 meses	14,62% + V.C.	805	1.000
07/01/98	LTN	98 dc/66 du	36,66%	2.299	2.500
	LTN	126 dc/84 du	36,54%	899	1.000
21/01/98	LTN	93 dc/ 62 du	36,46%	2.774	3.000
	LTN	147 dc/ 98 du	37,82%	440	500
28/01/98	LTN	42 dc/ 28 du	35,52%	1.449	1.500
	LTN	91 dc/ 60 du	35,60%	2.971	3.200
	LTN	147 dc/ 98 du	35,88%	443	500
TOTAL				12.080	13.200

VC = variação cambial

A composição da Dívida Pública Mobiliária Federal em mercado segundo a natureza dos encargos está indicada no gráfico abaixo.

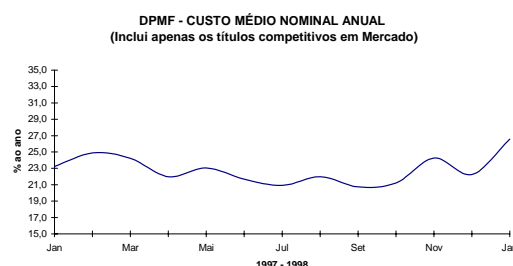
COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR



O custo médio nominal dos títulos competitivos em mercado foi, em janeiro, 1,98 % ao mês, equivalente a 26,59 % ao ano. Tais taxas ainda refletem um cenário de taxas de juros elevadas naquele mês.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			
CUSTO MÉDIO NO MERCADO (1)			
PERÍODO		% AO MÊS	% AO ANO
1997	Jan	1,84	23,23
	Fev	1,60	24,89
	Mar	1,65	24,24
	Abr	1,67	21,99
	Mai	1,66	23,05
	Jun	1,65	21,70
	Jul	1,75	20,93
	Ago	1,67	21,99
	Set	1,66	20,75
	Out	1,77	21,20
	Nov	1,74	24,28
	Dez	1,77	22,26
1998	Jan	1,98	26,59

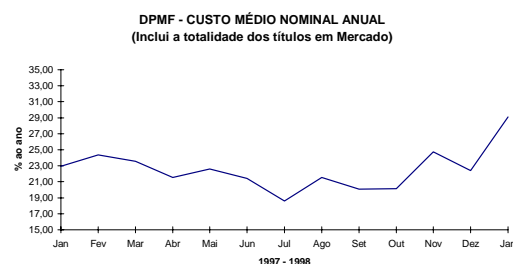
(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



Considerando o crescimento recente no volume das emissões de séries especiais de títulos não competitivos, o Tesouro passou a divulgar, a partir de dezembro/97, o custo médio da totalidade dos títulos da DPMF interna em mercado, incluindo, assim, as LFT séries A e B, utilizadas na renegociação da dívida dos estados, entre outros. Em janeiro, esse custo médio foi de 2,15 % ao mês, ou, 29,10 % ao ano, contra 1,78 % ao mês (22,40% ao ano) em dezembro.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			
CUSTO MÉDIO NO MERCADO (2)			
PERÍODO		% AO MÊS	% AO ANO
1997	Jan	1,82	22,95
	Fev	1,57	24,37
	Mar	1,61	23,59
	Abr	1,64	21,56
	Mai	1,63	22,60
	Jun	1,63	21,41
	Jul	1,57	18,61
	Ago	1,64	21,56
	Set	1,61	20,08
	Out	1,69	20,16
	Nov	1,77	24,74
	Dez	1,78	22,40
1998	Jan	2,15	29,10

(2) Custo da totalidade dos títulos da DPMF-i em mercado.

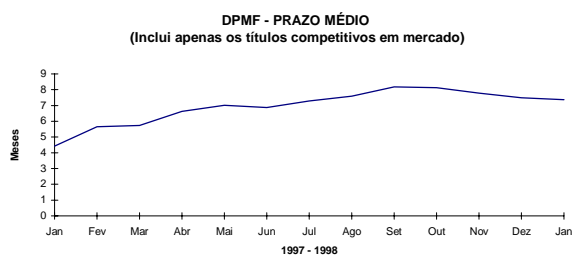


É importante salientar que, até outubro, o custo médio nominal da totalidade dos títulos da DPMF interna em mercado seguiu comportamento análogo ao custo médio dos títulos competitivos, mas menor em nível porque os títulos não colocados em leilão têm um processo de formação de taxa diverso dos demais títulos. Em novembro, entretanto, o estoque total de títulos em mercado passou a registrar custo médio nominal superior ao custo médio nominal do estoque de títulos competitivos, o que se deve à maior participação relativa de títulos sensíveis à variação da taxa de juros (indexados à TR ou à Selic) no conjunto de títulos não competitivos, quando comparado à composição do estoque de títulos competitivos.

O custo médio nominal mensal dos títulos competitivos em poder do mercado em relação ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional, em janeiro, foi 0,67 ponto percentual inferior à taxa média SELIC.

A instabilidade no mercado financeiro, fruto da crise asiática, ainda repercutiu no prazo médio dos títulos emitidos por meio de processo competitivo de formação de taxas, que foi de 7,36 meses, no mês de janeiro/97.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36



II.1.2 - Dívida Contratual

Os haveres líquidos da Secretaria do Tesouro Nacional somaram R\$ 74,2 bilhões, caindo cerca de R\$ 1,0 bilhão em relação a dezembro/97, em decorrência, basicamente, da securitização da dívida agrícola, autorizada pela Lei 9.138/95, no valor de R\$ 2,1 bilhões.

Também contribuíram para a evolução da dívida contratual interna o aumento dos créditos provenientes do processo de renegociação da dívida com os estados, com base na Lei 9.496/97, no valor de R\$ 852 milhões, e dos haveres dos fundos, autarquias e fundações, no valor de R\$ 828 milhões.

O saldo de R\$ 39,0 bilhões em haveres líquidos dos fundos, autarquias e fundações, que passou a ser divulgado a partir deste mês, é composto por:

- (i) R\$ 32,7 bilhões em haveres do FAT, dentre os quais, R\$ 19,8 bilhões de empréstimos ao BNDES, R\$ 8,6 bilhões em depósitos especiais nos bancos para o financiamento de programas como PROGER - investimento e PROGER - rural, e o restante em aplicações no extramercado; e
- (ii) R\$ 6,3 bilhões em haveres líquidos das demais entidades, sendo R\$ 2,3 bilhões a dívida bancária interna, R\$ 2,0 bilhões de debêntures no ativo do FINOR e R\$ 3,8 bilhões em aplicações financeiras. Do total de aplicações financeiras, R\$ 2,5 bilhões são recursos disponíveis dos fundos FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -, Fundo Naval, FMM - Fundo da Marinha Mercante - e Fundo Aeronáutico.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA

<i>SALDOS EM R\$ MILHÕES</i>	1997	1997	1998
	JAN	DEZ	JAN
TOTAL	-47.782	-113.674	-113.317
Total da STN	-18.104	-75.443	-74.258
Dívida Bancária	35.683	37.749	38.152
Crédito Securitizado	8.854	12.383	15.089
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.568	3.504	3.616
Debêntures	5.415	982	997
Outras Dívidas	0	2.824	2.357
LH-CEF	0	-796	-808
OFND	0	-1.731	-1.760
INSS	0	-6.000	-6.154
Lei 7976/89	-8.740	-8.804	-8.797
Bônus Renegociação	-16.559	-16.418	-16.521
Lei 8.727/93	-36.519	-38.633	-39.044
Lei 9.496/97	0	-49.480	-50.332
Outros Haveres	-9.805	-11.023	-11.055
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-29.678	-38.231	-39.059
Fat	-27.877	-31.901	-32.678
Demais Entidades	-1.801	-6.330	-6.380

II.2 - Dívida Externa

O saldo da dívida mobiliária externa foi da ordem de R\$ 53,0 bilhões, em janeiro/97. Conforme se observa na tabela a seguir, a composição atual da dívida mobiliária externa é de 86,3% em bônus de renegociação e 13,7% em bônus de captação. Os depósitos em moeda estrangeira dos fundos, autarquias e fundações somaram R\$ 428 milhões.

TESOURO NACIONAL	Janeiro/98
Saldo da Dívida Externa	R\$ mil
1.DÍVIDA MOBILIÁRIA	52.966.287
1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	45.687.187
Brazil Investment Bond (BIB)	1.011.505
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.606.048
Par Bond (PB)	4.852.282
Discount Bond (DB)	6.078.170
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.952.660
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.211.007
Debt Conversion Bond (DCB)	9.540.133
New Money Bond (NMB)	2.516.026
Eligible Interest (EI)	5.919.356
1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO	7.279.100
Deutch Mark Bond (DM Bond)	613.568
Samurai Bond	265.560
Caravella Bond	71.919
Eurosterling Bond	183.750
Global Bond	842.775
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	613.568
Parallel Franco	183.130
Parallel Florim	217.747
Parallel Xelim	174.171
Global Bond 2027	3.371.100
Eurolira Bond	466.188
Eurosterling Bond 2007	275.625
2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.625.685
3.DÍVIDA CONTRATUAL	20.366.359
4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-428.337
TOTAL	69.278.624

Em janeiro/98, foram desembolsados R\$ 40,9 milhões em encargos financeiros da Dívida Externa Brasileira. Desse valor, R\$ 8,4 milhões foi destinado a Organismos Multilaterais, R\$ 26,6 milhões a Bancos Privados/Agências Governamentais, R\$ 5,7 milhões ao Clube de Paris e R\$ 138 mil a título de despesas administrativas relativas a rolagem de parte da Dívida Mobiliária Externa, conforme quadro a seguir.

TESOURO NACIONAL	Janeiro/98
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I. Encargos Totais	40.883
I.1. Organismos Multilaterais	8.419
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	26.594
I.3. Clube de Paris	5.731
I.4. Dívida Mobiliária Externa	138
I.3.1. Despesas Administrativas	138